

HABEAS CORPUS Nº 570.345 - SP (2020/0078987-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : MARCOS RODOLFO ARAUJO SA E OUTROS
ADVOGADOS : ARISTON PEREIRA DE SÁ FILHO - SP355664
FABIO AUGUSTO RIBEIRO ABY AZAR - SP405864
MARCOS RODOLFO ARAÚJO SÁ - SP409909
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUSTAVO LEONARDO DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GUSTAVO LEONARDO DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Narra o *writ* que o paciente foi denunciado como incurso no art. 155, § 4º, I e III, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal. Na audiência de custódia o Juízo Plantonista converteu a prisão em flagrante em preventiva, fundamentando que apesar do paciente não possuir antecedentes criminais e ser menor de 21 anos, não demonstrou indícios de que possuía residência fixa e nem atividade laboral remunerada.

Relata a impetrante que juntou comprovante de residência e de atividade laboral remunerada e requereu a revogação da preventiva. O Ministério Público se manifestou favorável ante a superação do fundamento que mantinha a constrição, contudo o Juízo da causa indeferiu o pedido de liberdade provisória sem fundamentar a negativa. Impetrado *habeas corpus* na origem, o Desembargador relator indeferiu o *writ* pela inviabilidade da análise do pedido liminar já que não fora juntado a decisão que convertia a prisão em flagrante em preventiva.

Requer a concessão liminar da ordem a fim de que seja revogada a prisão preventiva do paciente com fundamentação genérica, além da ausência dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Pugna pela observância da Recomendação n. 62/2020 do CNJ, em virtude do risco de contágio da COVID-19. Subsidiariamente, pleiteia a imposição de medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente